

# Interpretar, construir, adivinhar: o corpo conjectural<sup>1</sup>

Alberto Luchetti<sup>2</sup>

**Tradução:** Vanise Dresch e Bruno Konkewicz

**S***i parva licet...* para justificar o título deste artigo, poderíamos previamente recorrer à resposta que Charles Sanders Peirce deu à “suspeição previsível” de atribuir “uma importância supersticiosa ou imaginária ao número três e forçar as divisões em um leito de Procusto de tricotomias”. Indo de encontro a essa suspeição, ele afirma “não ter nenhuma predileção marcada pelas tricotomias em geral” – reconhecendo, ao mesmo tempo, que “existe uma loucura incomum pelas tricotomias”, uma espécie de “triadomania” –, mas se vê “obrigado, por amor à verdade, a compor um número tão significativo de tricotomias” (1.568)<sup>3</sup>. Triadomania que, além disso, teria contaminado muito o campo psicanalítico a partir

---

1 Artigo originalmente publicado na revista *Psiche - Rivista di cultura psicoanalitica*, n. 2, 2018.

2 Alberto Luchetti, psiquiatra e psicanalista, membro do Conselho Científico da *Fondation Jean Laplanche - Institut de France* e diretor da *Rivista di Psicoanalisi* (Itália). Traduziu e editou edições italianas de diversos psicanalistas franceses, incluindo Piera Aulagnier e Jean Laplanche, e de algumas obras de Freud.

3 Por exemplo: Ícone-Índice-Símbolo; Ele-Tu-Eu; Signo-Objeto-Interpretante; Qualidade-Reação-Interpretação; Abdução-Dedução-Indução; Primeiridade-Secundidade-Terceiridade. Para as citações de Peirce, cujo número de inventário dos manuscritos e dos *Collected Papers* é indicado, remetemos a Peirce (1929/2003).

do próprio Freud, que frequentemente recorria a tríades verbais para se referir ao trabalho do analista e principalmente ao trabalho metapsicológico<sup>4</sup>.

De qualquer modo, esse esboço de reflexão sobre a “razão conjectural”, necessariamente parcial e talvez redutora, colocaria ao lado do “adivinhar” as duas atividades principalmente atribuídas por Freud ao analista em sessão: interpretação e construção. O que prontamente nos leva a questionar se o adivinhar seria uma terceira modalidade de atividade do mesmo nível das duas outras, ou se seria, antes, a base ou matriz destas. Com essa aproximação – mais semeando indícios e sugerindo conexões e hipóteses do que tirando conclusões –, a tríade assim constituída indicaria uma possível orientação de pesquisa: *conjectural é o corpo*.

## Razão conjectural

Em um primeiro momento, falar de “razão conjectural” poderia parecer um pleonasma. A razão poderia *não ser conjectural*, inclusive quando alcança uma certeza, mesmo nas áreas mais rigorosamente circunscritas (lógica e matemática), que procedem por passos rigorosamente estabelecidos? Mas basta recorrer ao dicionário (ZINGARELLI, 2018) para logo perceber que os significados do termo “conjectura”<sup>5</sup> opõem

---

4 *Erraten – erkennen – nachweisen ; spekulieren – theoretisieren – phantasieren; erkennen – erschließen – vermuten ; erschließen – erraten – übersetzen ; beobachten – erschließen ou erraten – bauen ; ableiten – erraten – aufbauen* etc. Mas também *phantasieren – übersetzen – erraten*, fantasiar-traduzir-adivinhar, que por muito tempo chamou a minha atenção.

5 1. Hipótese e julgamento baseados em indícios, aparências, considerações pessoais e similares; 2. (matemática) proposição não demonstrada, embora se desconheça qualquer exemplo que possa contradizê-la; 3. Na filologia, ensinamento não confirmado pela tradição, mas introduzido pelo editor diante de uma lacuna no texto literário ou da ausência de um sentido plausível.

a conjectura, hipotética e sempre incerta (em que a convicção ainda tem de ser estabelecida e é sempre parcial), à certeza, dedutiva e necessária, com a firme convicção que a dita certeza acompanha ou produz. De fato, nos campos lógico e matemático, por exemplo, mesmo a demonstração do fato de que cada formalização coerente suficientemente potente pode construir uma oração sintaticamente correta, que não pode ser nem demonstrada nem refutada dentro do mesmo sistema, é realizada em etapas necessariamente consecutivas e incontestáveis.

Portanto, à maneira de Guicciardini (*apud* ZINGARELLI, 2018), pareceria realmente necessário distinguir um “*giudicio per conietture*” e um “*giudicio per certezza*”, separando uma razão lógica de uma razão conjectural ou, ainda, como defendem outros, uma razão científica e experimental de uma razão conjectural (ou indiciária), tendo como consequência o problema de suas relações, por vezes apresentadas como análogas àquelas de paralelos em uma geometria euclidiana.

Contudo, há também aqueles que, como o “triadomaniaco” Peirce, defendem que a razão se articula em três formas, que são, segundo ele, o cerne tanto do procedimento científico quanto do próprio processo de pensamento. Três formas que apresentam características diferentes no que concerne à dosagem de conjectura e de certeza, constituindo uma espécie de série complementar, mas que são solidárias entre si e representam, portanto, a razão como um espaço tridimensional – ou quadridimensional, se incluirmos o tempo do seu desenrolar – cujos eixos seriam constituídos por *dedução, indução, abdução*.

Relembrando as suas características a partir do exemplo clássico dos feijões (2.623; mas poderia ser o dos afetos, das representações etc.):

1. DEDUÇÃO. *Regra*: Todos os feijões desse saco são brancos. *Caso*

*particular*: Esses feijões provêm desse saco. *Resultado*: Esses feijões são brancos.

2. INDUÇÃO. *Caso particular*: Esses feijões provêm desse saco. *Resultado*: Esses feijões são brancos. *Regra*: Todos os feijões desse saco são brancos.

3. ABDUÇÃO. *Regra*: Todos os feijões desse saco são brancos. *Resultado*: Esses feijões são brancos. *Caso particular*: Esses feijões provêm desse saco.

## Dedução e indução

Em um sentido amplo, a *dedução* é a relação que liga a premissa à conclusão em um raciocínio. Uma relação que consiste, mais ainda do que na passagem do universal ao particular, na aplicação de uma *regra* a um *caso particular*, obtendo um *resultado* cuja característica principal é a necessidade de sua derivação: a partir de uma *regra*, a dedução produz um *resultado* que atribui características a um indivíduo, segundo o princípio de que o *caso particular* pertence a uma classe cujos elementos possuem todas as referidas características (o caso é justamente a informação de que esse indivíduo faz parte dessa classe).

Consequentemente, com a dedução, todas as informações veiculadas pela conclusão já estão incluídas, de forma mais ou menos explícita, nas premissas – ou seja, a conclusão não diz *nada mais nem nada novo* sobre as premissas (essa afirmação sobre a informatividade da dedução foi, no entanto, tema de discussão). A conclusão deriva *necessariamente* das premissas, no sentido de que não é possível, em nenhum caso, que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa (*modus ponendo ponens*) e, inversamente, que a falsidade do resultante

não implique na falsidade do antecedente (*modus tollendo tollens*).

Em contraste, a *indução* é o raciocínio que conduz, a partir do exame de um ou mais casos particulares, a uma conclusão cuja dimensão se estende para além dos casos examinados. As argumentações indutivas normalmente apresentam a seguinte forma: uma vez que os objetos de uma certa classe indicada pela propriedade P também possuem a propriedade Q, qualquer outro objeto que possua P possuirá, também, Q. A indução produz, portanto, uma regra que parte de um *caso particular* e de um *resultado*, estendendo o *caso* a uma classe inteira, atribuindo uma característica de um subconjunto a todo o conjunto.

A conclusão de uma inferência indutiva diz algo de novo sobre as premissas, *não estando* inteiramente incluso o conteúdo informativo da conclusão naquele das premissas (nesse sentido, a indução é uma *inferência amplificadora*), mas, conseqüentemente, as premissas de uma inferência indutiva não podem fornecer uma certeza total à conclusão, somente um certo grau maior ou menor de probabilidade (a indução é, portanto, uma *inferência provável*)<sup>6</sup>. Logo, a indução é um raciocínio sintético que produz regras ou leis gerais: a conclusão é uma predicação universal – isto é, ela abrange todo um conjunto ou classe. Sua característica é a não-necessidade, o fato de que possui um grau maior ou menor de probabilidade.

A indução é utilizada para estender, com base nas observações disponíveis, uma fórmula empírica a todos os casos futuros de nossa observação, obtendo o que chamamos de *lei natural*. Todavia, uma lei ainda não constitui uma explicação em termos de causalidade – isto é, uma teoria.

---

6 Naturalmente, Peirce distinguia três tipos de indução: rudimentar (*crua*), quantitativa e qualitativa, e alguns outros subtipos.

Para chegar a uma teoria, é necessário formular uma hipótese que explique a fórmula e os desvios em relação a esta.

## Abdução

Se a indução leva unicamente à definição de uma regra, uma lei, é necessário introduzir, segundo Peirce, um terceiro tipo de inferência, que produz um *caso particular* que parte de uma *regra* e de um *resultado*. Essa inferência, que Peirce designa como *hipótese* ou *abdução* – ou, ainda, “retrodução” ou “presunção” –, produz um *caso particular*, ou seja, possibilita inserir um indivíduo em uma classe ao afirmar que este possui as características constitutivas da classe, com base no fato de que apresenta algumas outras características expressas por um resultado. Inserindo um *resultado* em uma classe ou em uma *regra*, a hipótese pode produzir uma regularidade, introduzindo eventos individuais em classes mais gerais.

Ao mesmo tempo que estabelece e aumenta semelhanças, determinando uma indução de características – o caso irá assumir todas as características do conjunto em que é inserido, como no exemplo dos feijões, pertencer a esse saco e outras características a ele associadas –, a hipótese ou abdução serve, sobretudo, para buscar as *causas* de um evento, não somente para estabelecer semelhanças. Ela é, então, uma explicação causal.

A diferença entre os dois tipos de inferência, conforme Peirce, é clara: a partir da *indução*, concluímos que fatos similares aos observados são verdadeiros em casos não examinados; com a hipótese ou *abdução*, concluímos a existência de um fato completamente diferente de tudo o que foi observado. A indução é o raciocínio que vai dos detalhes à lei geral; a hipótese ou abdução é o raciocínio que vai do efeito à causa. A

primeira classifica, a segunda explica.

Esses três tipos de inferência a partir dos quais a razão procede são, para Pierce, as três etapas fundamentais da investigação científica. A abdução fornece, de forma criativa, uma explicação possível, mas não pode atribuir por si só qualquer força ou certeza à explicação. A dedução e a indução são, então, necessárias; a primeira para estabelecer as consequências necessárias ou prováveis dessa explicação possível e a segunda para testar essas consequências, que, caso se confirmem, serão generalizadas em leis.

## Formas da abdução

Dessas três formas do processo de pensamento segundo Peirce, é precisamente a abdução que é “originária, posto que é o único argumento que dá origem a uma ideia nova” (2.96), pois a indução apenas determina um valor (com graus de certeza potencialmente crescentes) e a dedução simplesmente desenvolve as consequências necessárias (portanto, com graus máximos de certeza) de uma hipótese pura: “a dedução prova que algo *deve* ser; a indução mostra que algo é, de fato, operacional; a abdução simplesmente sugere que algo *pode* ser” (5.171).

Sobre o abismo que se abre entre o principal objetivo da ciência e as ideias sobre o meio que vêm à mente do homem durante suas primeiras andanças na floresta [...], estamos construindo uma ponte suspensa de indução, mantida pelos suportes e elos científicos. Contudo, cada tábuca de seu avanço é primeiramente colocada pela Retrodução sozinha – ou seja, com as conjecturas espontâneas da razão instintual; e nem a Dedução nem a Indução proporcionam um único conceito novo à estrutura (6.475: datado de 1908).

Podemos talvez distinguir graus e níveis diferentes nessa retrodução. Eco (1983), por exemplo, ilustrando-os em *Zadig* de Voltaire, em Sherlock Holmes e em Peirce, distingue três. Mas (felizmente) ele propõe acrescentar um quarto nível: a abdução *hipercodificada* ou *hipótese*, “a partir da qual isolamos uma regra já codificada (em um modo automático ou quase), à qual um caso é correlacionado por inferência” (*ibid.*, p. 244); a *abdução hipocodificada*, na qual a regra deve ser selecionada dentre uma série de regras igualmente prováveis disponibilizadas pelo conhecimento comum de mundo (*ibid.*, p. 245); a *abdução criativa*, na qual a regra deve ser “inventada *ex novo*”, e “o verdadeiro problema não é encontrar primeiro o caso ou primeiro a regra, mas sim como obter Regra e Caso *ao mesmo tempo*, visto que estão correlacionados reciprocamente, ligados em uma espécie de quiasma” (*ibid.*, p. 241). Isso exige um último tipo de abdução, introduzida por Eco como *meta-abdução*. A *meta-abdução* “consiste em determinar se o universo possível descrito por nossas abduções de primeiro nível é o mesmo universo de nossa experiência” (*ibid.*, p. 245), no qual tentamos, então, adivinhar não somente a natureza do resultado (sua causa), mas também a natureza da enciclopédia” (*ibid.*, p. 246): meta-abdução que leva a “revoluções” científicas e de pensamento e à criação de um novo mundo, não apenas no sentido figurado.

A potencial criatividade da abdução não apenas representa as potencialidades desta última, mas também constitui o seu risco: emitindo a hipótese de uma conexão entre o resultado e a regra, logo, de um “caso”, ela demanda, de fato, uma dedução sucessiva das consequências do caso considerado e uma indução que possa gradativamente confirmar sua efetividade (ou desmenti-la)<sup>7</sup>.

---

7 Lembramos do Freud de *A negação* (1925/2011, pp. 198-199), que diferenciava um juízo preliminar de atribuição da qualidade (bom/mau) daquilo que é percebido e representado e um juízo sucessivo de existência, que estabelece precisamente a existência real e externa daquilo que já foi indexado por uma qualidade.

A retrodução não fornece uma certeza. A hipótese deve ser testada. Esse teste, para ser logicamente válido, deve realmente começar não pela observação dos fenômenos, como na retrodução, mas pela verificação da hipótese e pela revisão de todos os tipos de consequências experimentais na experiência. Esta é a segunda etapa da pesquisa (6.470).

Segundo Peirce, é justamente devido à sua criatividade que a abdução é equivalente ao *guessing*, ao adivinhar: uma “salada estranha [...] cujos elementos fundamentais são a *ausência de fundamento*, a *onipresença* e a *fiabilidade*” (Ms. 692), em que não há “espaço para questionar o que a sustenta, posto que ela somente infere um *poder-ser* (*poder-ser* e *poder-não-ser*) de um fato real” (8.238, o itálico é meu).

## Fragmentos de epistemologia freudiana

As reflexões de Freud sobre seu procedimento de pesquisa são frequentes, detalhadas, precisas e claras, embora os termos utilizados possam afastar-se – mas não sempre, como veremos – da tripartição peirciana, como, aliás, ocorria [à época de Freud] e [ainda] ocorre com frequência. Vejamos dois desses “fragmentos de epistemologia”, nas palavras de Laplanche (2005/2019c), que salienta o paralelo – dessa vez, não euclidiano – entre Freud e Popper (1972), os quais convergem no método por conjecturas e refutações.

Trata-se, pois, de uma concepção *inferida*<sup>8</sup>; se com essa inferência não se chega a um domínio conhecido, mas sim a um que é estranho e novo para o pensamento, chama-se à conclusão uma

8 Na tradução italiana, o termo utilizado não é *deduzida*, mas *induzida*.

“hipótese” e não se admite, com razão, que a relação da hipótese com o material de onde foi inferida valha como “prova”. Ela só é tida como “provada” quando também se chegou a ela por outros caminhos e se pode mostrar que é o ponto nodal de outras conexões. Mas essa prova não é possível no nosso conhecimento dos processos inconscientes, um conhecimento que mal começou. Sabendo que estamos em um solo jamais explorado, contentemo-nos em, a partir do nosso ponto de observação, lançar uma simples e estreita passarela em direção ao inexplorado. Não construiremos muita coisa sobre essa base (FREUD, 1905/2017, pp. 253-254<sup>910</sup>).

Também, é claro, o trecho tão conhecido de *Pulsões e seus destinos*, em que Freud descreve os primeiros passos de uma investigação científica, e não apenas psicanalítica:

O verdadeiro início da atividade científica está na *descrição* de fenômenos, que depois são *agrupados, ordenados e relacionados entre si*. Já na descrição é inevitável que *apliquemos* ao material certas *ideias abstratas, tomadas daqui e dali*, certamente não só da nova experiência. [...] Enquanto se acham nesse estado, entramos em acordo quanto ao seu significado, remetendo continuamente ao *material de que parecem extraídas*, mas que na realidade *lhes é subordinado*. Portanto, a rigor elas possuem o caráter de convenções, embora a questão seja que de fato *não são escolhidas arbitrariamente, mas determinadas por meio de significativas relações com o material empírico* — relações que

---

9 FREUD, S. (1905) “O chiste e sua relação com o inconsciente”, in *Sigmund Freud: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

10 Vale ressaltar a mesma imagem utilizada por Peirce, conforme anteriormente mostrado.

acreditamos adivinhar, ainda antes que possamos reconhecer e demonstrar (FREUD, 1915/2010, p. 39<sup>11</sup>).

Na versão italiana, “*arguer*” traduz *erraten*, isto é, “adivinhar” (*deviner*, na tradução francesa); “reconhecer” traduz *erkennen*, no sentido de alcançar o conhecimento agrupando, ordenando, relacionando e delimitando de forma clara (*en prendre connaissance*, na tradução francesa); e “indicar” traduz *nachweisen*, mais precisamente “demonstrar”, “provar” (*en faire la démonstration*, na tradução francesa). Portanto, “que pretendamos adivinhar (abdução) antes de poder deduzir e induzir”. Abdução (adivinhar) → dedução → indução.

## Conseguir adivinhar: evolução e observação

Se o risco intrínseco do adivinhar abduutivo é evidente, para Peirce, o questionamento autêntico e seu verdadeiro encantamento estão associados ao fato de que conseguimos adivinhar, de que adivinhamos corretamente em diversas circunstâncias e em relação a diversos dados: “é uma verdade histórica que a mente bem preparada adivinhou incrivelmente cedo cada segredo da natureza”, apesar dos obstáculos que se interpõem, incluindo a “presunção precipitada” e “a armadura que reveste as linhas e as fileiras das mentes, impenetráveis ao pensamento rigoroso” (6.476-477)<sup>12</sup>.

---

11 FREUD, S. (1915) “Os instintos e seus destinos”, in *Sigmund Freud: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

12 Evidentemente, em Freud, esses obstáculos ao pensamento são o foco, começando pelas relações entre o princípio de prazer e o princípio de realidade, pelas defesas etc. Mas Peirce certamente os têm em mente quando fala de “intimações do instinto de adivinhar”, opondo-os aos “autoelogios do desejo pessoal” (7.48) e, como veremos mais adiante, parece resumi-los no Eu.

Como é possível que o homem tenha alcançado teorias corretas sobre a natureza? Sabemos por indução que o homem tem teorias corretas, pois elas se realizam. Mas por qual processo de pensamento elas chegam à sua mente? (5.591)

Como explicar esse “adivinhar bem-sucedido” (*successful guessing*) do pensamento, uma vez excluída a possibilidade da pura casualidade (“de acordo com a doutrina das probabilidades, seria praticamente impossível que qualquer indivíduo adivinhe a causa de qualquer fenômeno por pura casualidade” 7.38)? Os dois princípios que Peirce é levado a conjecturar (*conjecture*) indicam uma via para questionar o mistério desse singular instinto de adivinhar (*guessing instinct*) e encontrar possíveis explicações parciais:

Em primeiro lugar, eu infiro (*infer*) que o homem adivinha (*divines*) algo sobre os princípios secretos do universo porque a sua mente se desenvolveu como parte do universo e *sob a influência desses mesmos princípios secretos*. Em segundo lugar, eu infiro que nós frequentemente derivamos (*derive*), a partir da observação, fortes intimações da verdade (*strong intimations of truth*), sem sermos capazes de especificar quais circunstâncias observadas veicularam essas intimações (7.46, o itálico é meu).

Ele chega a comparar a nossa *faculty of guessing*, primária ou derivada, àquela dos animais, a nossa faculdade “divinatória” à de uma vespa, de um castor ou de um pássaro e, sobretudo, as nossas habilidades aeronáutica e de canto às dos pássaros, considerando-as, por conseguinte, como as mais elevadas capacidades puramente instintuais. O instinto de adivinhar estaria baseado, então, em uma inclinação natural, uma *luz natural*:

| [...] não há dúvida de que a mente humana, tendo se desenvolvido

sob a influência das leis naturais, pensa de forma natural, e, de certa forma, conforme o modelo da natureza por essa mesma razão [...]. Essa capacidade de adivinhar [...] é certamente um prolongamento do instinto de procurar alimento: um instinto cujas consequências no reino animal são ultrapassadas apenas pelo instinto de reproduzir e de criar a prole. Esta última função exige que todos os animais superiores consigam pressentir parcialmente o que se passa na mente de seus semelhantes. O homem demonstra um talento notável para essa aplicação do adivinhar, embora suas potencialidades máximas sejam despertadas apenas em circunstâncias críticas (7.39-40).

Para Peirce, essa forte adaptação à compreensão do mundo, essa afinidade eletiva e natural que é a base do instinto de adivinhar – salienta-se: “despertada ao máximo somente em circunstâncias críticas” –, está enraizada na instintividade animal e sobretudo nos instintos da fome e da sexualidade, constituindo até mesmo um prolongamento destes:

[...] os instintos que levam à assimilação do alimento e à reprodução devem conter, desde o início, determinadas tendências a pensar sobre os fatos, tanto físicos quanto psíquicos; logo, afirmar que a natureza fecunda a mente do homem com ideias que, ao se desenvolverem, se assemelharão ao seu pai, o próprio Universo natural, é muito mais do que uma figura retórica (5.591).

Se, para passar de uma abdução criativa a uma meta-abdução, é necessário estar “firmemente convencido de que *ordo et connexio idearum idem est ac ordo et connexio rerum*”<sup>13</sup> (SPINOZA, *Ethica*, II,

---

13 A ordem e conexão das ideias é igual à ordem e conexão das coisas.

7)”, como afirma Eco (1983, p. 258), a confiança peirceana em um tal acordo entre a mente e o curso dos acontecimentos vale para cada abdução, sendo, portanto, mais evolucionista do que racionalista, baseada na convicção de que as conjecturas são formas de inferência válidas, pois são fruto de uma sedimentação evolutiva e, logo, alimentadas por uma observação prévia intensa e prolongada, mesmo que possam antecipar instantaneamente todas as suas consequências ilativas distantes.

O adivinhar se materializa, então, no que Peirce define como *hábito*, isto é, “a tendência de uma pessoa à ação, tendência que resulta de experiências ou esforços prévios, atos de vontade ou, ainda, de um conjunto dessas duas causas” (5.476): “Mas não podemos esquecer que cada conjectura é equivalente a, ou expressiva de, um hábito que consiste em fazer crer que é possível satisfazermos um determinado desejo se pudermos realizar uma determinada ação” (5.480). “O hábito não é, de forma alguma, exclusivamente um fato mental. Descobrimos, empiricamente, que algumas plantas assumem hábitos. O curso da água que cava o seu próprio leito está formando um hábito”, que é, por natureza, inteiramente inconsciente, “embora os sentimentos possam ser seus sintomas” (5.492), posto que “o pensamento é uma *ação* e consiste em uma *relação* (embora uma pessoa possa realizar uma ação e não uma relação, que só pode ser o resultado de uma ação)” (5.399).

Comparando Lacan e Peirce, Cimatti (2015, pp. 220-222) se refere ao “corpo real” nos seguintes termos:

“não é aquele de que podemos dispor em um tempo originário, anterior à linguagem, pois, nesse tempo, há certamente corpos, mas não corpos humanos, posto que humano é o corpo impregnado de linguagem [...] [e] o corpo do real só pode ser

encontrado após a linguagem: o ‘hábito’ é o signo tornado corpo, ele é justamente a encarnação do signo. No final da semiose, há o corpo, ponto [...]. O hábito é semiose feita corpo – e não um simples corpo aquém da semiose, o corpo não-semiótico. Consequentemente, o hábito é, também, mental”.

## **Estado passivo e receptivo**

Portanto, não se deve crer que falar de inferência significa situar-se em um registro unicamente cognitivo e, menos ainda, única ou principalmente consciente. Peirce, por exemplo, não apenas levava em consideração as inferências inconscientes, considerando-as fundamentais e limitando a consciência somente aos momentos de registro mnêmico entre uma elaboração e outra, mas também acreditava que a abdução regula cada tipo de conhecimento, inclusive as percepções e a memória (5.181 e 2.625), considerando cada ação mental como um processo inferencial (5.266 ss.) e as sensações e emoções como hipóteses fortes – fortes a ponto de se imporem. Ele acreditava que tanto a percepção quanto a emoção e a memória são inferências das quais não somos conscientes com um alto grau de força de argumentação, e que aos três tipos de inferência correspondem diferentes emoções.

Além disso, o adivinhar, tal como descrito por Peirce, exige como primeiro passo manter-se em “um estado passivo e receptivo”, utiliza “uma discriminação sob a superfície da consciência” e é fruto de “juízos perceptivos” que se dissipam sem solução de continuidade na inferência abduativa, sendo “resultado de um processo, embora seja um processo não suficientemente consciente para poder ser controlado ou, mais precisamente, não controlável, logo, não plenamente consciente”, de modo que o autor fala de “sugestão abduativa” e de “clarividência íntima” (5.181).

No entanto, é justamente por isso que, para Peirce, a abdução, o adivinhar, é “o primeiro passo do raciocínio científico”, do qual brota uma ideia nova, e vem acompanhada de um tipo específico de emoção, “uma sensação peculiar da mais alta intensidade” (lembramos do *überdeutlich* freudiano das “semi-alucinações” de Freud, 1937 e 1899) que corresponde “ao elemento *sensual* do pensamento” (cujo elemento *habitual* seria a indução, 2.643).

Trata-se de uma condição passivo-receptiva frequentemente descrita em personagens literários – especialmente em detetives – associados ao adivinhar e à abdução, como o Sherlock Holmes criado por Arthur Conan Doyle (SEBEOK; UMIKER-SEBEOK, 1979/1983) ou seu precursor, o Dupin de Edgar Allan Poe. Poe integrava ao *raciocínio*, enquanto *processo* de raciocinar, o “cálculo”, que depende de operações dedutivas e indutivas, e a “análise”, que é, em contraste, uma habilidade mais complexa em que confluem inferências, signos visuais, sensoriais e auditivos, experiências passadas e recentes.

Mas é quando os limites da regra pura são ultrapassados que a habilidade do analista se manifesta. Em silêncio, ele observa e deduz. [...] e a diferença no valor das informações obtidas consiste mais na qualidade da observação do que na validade da dedução. É preciso saber *o que* se deve observar (HARROWITZ, 1983, pp. 224-225).

Tomemos como exemplo a caminhada silenciosa de Dupin com o narrador em *Assassinatos na rua Morgue*, durante a qual o primeiro adivinha os pensamentos do segundo, impressionando-o, e, em seguida, explica – em um verdadeiro prefácio metodológico do conto – a longa cadeia de associações e abduções que o levaram a “ler o que o narrador estava pensando”, atravessando, enfim, os seus pensamentos não ditos.

Como já dito, o que pode parecer uma atividade puramente cognitiva e intelectual, de raciocínio, na verdade é “uma operatividade capaz de cortar os diferentes níveis de realidade, um devaneio criativo que transcende a razão positivista e as assunções” (*ibid.*, p. 232). De fato, Poe define a mente em ação como “a alma bipartida” e “o poeta-matemático”, que fazem mergulhar em um devaneio:

Nesses momentos, ele se tornava frio e abstraído, seus olhos perdiam toda a expressividade e sua voz de tenor, geralmente plena, alcançava um registro de soprano, o que teria soado petulante se não fosse pelo vigor e pela perfeita clareza de sua pronúncia.

Se Conan Doyle faz uma descrição parecida de Sherlock Holmes em momentos como esse, Peirce define essa condição ativa-passiva como “*play of musement*”, referindo-se justamente ao texto de Poe:

Consequentemente, é razoável considerarmos que todo o problema possa ser corretamente resolvido pelo homem se ele dedicar *tempo e atenção suficientes* para tanto. Ademais, esses problemas que parecem, à primeira vista, totalmente irresolúveis recebem, na mesma circunstância, como observa Edgar Allan Poe em *Assassinatos na rua Morgue*, as chaves que neles se encaixam com a maior suavidade. Isso os torna particularmente adaptados ao “*Play of Musement*”.

*Quarenta ou cinquenta minutos de intenso e contínuo pensamento analítico* direcionado a um desses problemas são geralmente suficientes para extrair deles tudo que há para extrair, a solução geral [...]. Entre em seu barco do *Musement*, navegue pelo lago do pensamento e deixe a brisa do paraíso inflar as suas velas.

| De olhos abertos, atentos a tudo aquilo que ocorre à sua volta ou dentro de você, converse consigo mesmo; pois tudo isso é meditação (6.460-461, o itálico é meu).

Como afirma Harrowitz (1983, p. 234), o que há de singular no pensamento de Poe e de Peirce é o fato de que, ao indagar “sobre o método da mente, sobre a definição da razão, sobre o que se encontra para além da razão, sobre a topologia das fronteiras do instinto, sobre como adquirimos novos conhecimentos, sobre a relação entre intuição e razão”, ambos compartilham “uma atitude dupla interessante diante dessas questões e do método abduativo construído para confrontá-las”. No adivinhar abduativo, há, por um lado, uma abordagem sistemática, fundamentada empiricamente, direcionada ao modelo, embora este esteja majoritariamente fundamentado na intuição. Por outro lado, “há um movimento em direção ao místico. Quando os sonhos proféticos e a intuição – mas também a alucinação, como salienta Eco (1983, p. 258) – são incluídos no reino da experiência, em que o novo conhecimento é gerado, estamos levando em consideração possibilidades epistemológicas em um campo muito mais vasto do que de costume. [...] O fato seria que *a dupla natureza se torna, à luz dessa discussão, um duplo aspecto*” (HARROWITZ, 1983, p. 234, o itálico é meu).

Portanto, dedução, indução e abdução de aspecto duplo, porém solidário. Poderíamos cindir essa tripartição muito solidária (novamente, um *Junktin*, uma correlação) em uma subdivisão entre razão lógica e científica, de um lado, e razão conjectural, de outro? Ou seria preciso admitir que o adivinhar abduativo, com suas duas faces, percorre transversalmente as duas razões em seus momentos mais criativos e, portanto, frágeis, infundados e infundáveis? E as percorre – por assim dizer, na esteira do *anything goes* de Feyerabend (1975/1979) – como “exigência” (LAPLANCHE, 2006/2019d; 2005/2019c) do pensamento

e da investigação. Esta avança, às vezes, graças a truques, usos forçados, cegamentos, contradições, desvios e curtos-circuitos, com o início “desonesto” inerente ao processo abordado por Peirce, com a ousadia de desafiar, sem averiguações posteriores, a falibilidade que governa o conhecimento humano, recusando-se firmemente, ao mesmo tempo, a renegar as conjecturas motivadas, mantendo obstinadamente uma abdução até que seja definitivamente averiguada (ECO, 1983, p. 261), com a possibilidade de “haver capturado um peixe de verdade com uma isca de falsidade”<sup>14</sup> (FREUD, 1937/2018, p. 193): em suma, traduzindo-se em um impulso de *conquistador* (FREUD, 1900), no qual, na verdade, se é movido, mesmo sem querer, quando se acreditava ser o motor.

Seria possível, de fato, privar a razão conjectural da vertente dedutiva-indutiva e, inversamente, esta última da linfa abdutiva? Não correríamos o risco de deformá-las e amputá-las? Há trinta anos, Laplanche observou isso a respeito da proposição da distinção entre uma “criança psicanalítica” e uma “criança psicológica”: a primeira verdadeira e a segunda real, a primeira conjectural e a segunda pura e concretamente observadora, experimental e não-inferencial. A primeira visa as representações; a segunda, os comportamentos visíveis. Assim, não correríamos o risco – questionava ele – de privar a psicanálise de um instrumento fundamental, a própria observação para além da situação analítica e do objetivável, e, por outro lado, privar a psicologia e/ou outras disciplinas dos instrumentos hipotéticos, do imaginável? “Resta-nos reconhecer que *a psicanálise, assim como qualquer outro campo do saber*, procede por meio de hipóteses, conjecturas ou representações; mas que é próprio da psicanálise propor como objeto o sujeito humano, na medida em que ele mesmo é auto-hipotético, autoconjectural, autorrepresentante

---

14 FREUD, S. (1937) “Construções na análise”, in *Sigmund Freud: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ou autoteorizante” (LAPLANCHE, 1987/2019a, o *itálico* é meu; vide, também: LAPLANCHE, 2005/2019c).

## O paradigma indiciário

Há quarenta anos, Carlo Ginzburg (1979; 1983) delineou minuciosamente um paradigma que emergiu nas ciências humanas no final do século XIX, mas que sempre foi “amplamente operante em atividades muito diversas, embora não teorizado de forma explícita”, designado como “método conjectural” ou “indiciário”.

Os médicos, os historiadores, os políticos, os ceramistas, os marceneiros, os marinheiros, os caçadores, os pescadores, as mulheres: estas são apenas algumas das categorias que atuavam, para os gregos, no vasto território do saber conjectural. As fronteiras desse território [...] eram delimitadas por termos como “conjectura”, “conjecturar” (*tèkmor, tekmaïresthai*) (*ibid.*, p. 110).

Um paradigma que certamente permaneceu implícito, pois foi esmagado pelo modelo de conhecimento que tendia à generalização e à repetibilidade dos fenômenos, mas também porque, “ao centrar-se no conhecimento científico (mas de uma cientificidade a ser definida) do individual” (*ibid.*, p. 119), ele enfrenta a dificuldade de desdobrar, elucidar e “regularizar” seus passos, sobretudo os primeiros. São formas de saber essencialmente *mudas*, no sentido de que suas regras não podem ser formalizadas nem ditas, e para as quais é impossível simplesmente aplicar regras pré-existentes, posto que necessitam dos “elementos imponderáveis: faro, olhar, intuição” (*ibid.*, p. 135) e são justamente abduções (embora Ginzburg cite Peirce de maneira explícita apenas uma vez, em uma nota: *ibid.*, p. 108, n. 38).

Trata-se de um paradigma indiciário e divinatório cujas raízes são, para Ginzburg, muito antigas, por trás do qual “entrevemos o gesto que talvez seja o mais antigo da história intelectual da espécie humana: o do caçador agachado na lama, examinando os rastros deixados pela presa” (*ibid.*, p. 109).

Por milhares de anos, o homem foi um caçador. Ao longo de inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e os movimentos das presas invisíveis graças a pegadas na terra, em galhos quebrados, excrementos, tufos de pelo, penas caídas e odores persistentes. Ele aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar traços infinitesimais, como fios de saliva; a realizar operações mentais complexas na velocidade de um relâmpago, no fundo do mato ou em uma campina cheia de armadilhas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio de conhecimentos (*ibid.*, p. 106).

Um paradigma – unitário para além das diferenças entre os campos –, pois um laço de parentesco sutil unia essas formas de saber, esse “corpo de saberes locais sem origem, memória nem história”, constituindo o patrimônio de homens e mulheres. “Todos nascem da experiência, da concretude da experiência. Reside nessa concretude a força desse tipo de saber, bem como seu limite – a incapacidade de fazer uso do instrumento poderoso e terrível da abstração” (*ibid.*, p. 123). Uma “intuição baixa” comum, enraizada nos sentidos (mesmo que os ultrapassando) que “liga estreitamente o humano às outras espécies animais” (*ibid.*, p. 136).

Trata-se de saberes dos corpos que utilizam aquilo que, em seu viver e agir, absorvem e transformam, segundo Peirce, em um hábito, “formado deliberadamente, autoanalisante por ser formado com o auxílio da análise dos exercícios que o nutriram” (5.491), que não é, de modo algum, essencialmente mental, mas sim um meio de transformação do mundo externo.

Ginzburg (1979; 1983) reivindicava para esse paradigma da caça, divinatório<sup>15</sup>, indiciário ou semiológico – conforme o contexto – um modelo epistemológico comum, também assinalado pelo empréstimo recíproco de métodos e de palavras-chave, que surge nos contos aos quais foi essencialmente confiada, e, posteriormente, nos romances.

Diante da ausência de uma documentação verbal a associar às pinturas rupestres e aos objetos fabricados, podemos recorrer às narrativas orais, que nos transmitem, por vezes, um eco, embora tardio e deformado, do saber desses antigos caçadores [...]. Talvez a própria noção do narrar [...] tenha surgido pela primeira vez em uma sociedade de caçadores, através da experiência de decodificação de rastros [...]. O caçador teria sido o primeiro a “contar uma história”, pois era o único capaz de ler uma série coerente de eventos nos rastros mudos – até mesmo imperceptíveis – deixados pela presa (*ibid.*, pp. 106-107).

Como se sabe, Ginzburg propôs inserir o pensamento freudiano e o método elaborado por Freud nesse paradigma indiciário, justamente para atingir um conhecimento e uma transformação do individual, seguindo os restos da observação científica comum dos fenômenos.

## A *tèchne* do adivinhar

Vinte anos depois, sem mencionar Ginzburg, Giovanni Vassali (2001; 2008) segue nessa mesma direção. Segundo Vassali, Freud teria retomado uma metodologia baseada na observação e na “própria percepção visual”,

---

15 Conjectura, observa Ginzburg (1979/1983, p. 111 e n. 48), é um termo de origem divinatória: *conjector* é o adivinho.

cuja origem é a “grande tradição da *tèchne* grega”, para delinear seu método” (VASSALI, 2001, pp. 964 e 975). Ela não equivale à aplicação prática de uma teoria nos termos de hoje; trata-se, antes, de uma produção factual (*poiésis*), de uma utilização específica da razão, uma utilização conjectural na qual o conhecimento está baseado na suposição, sendo acompanhado por um processo concreto de fabricação – no sentido do *savoir-faire* – e constituindo, assim, “um instrumento real de exploração e de conhecimento” que se baseia em um “empirismo concreto sensorial”, em vez de um “empirismo experimental quantitativo” (*ibid.*, p. 981).

Logo, trata-se de uma razão conjectural baseada nas formas sensoriais da percepção (visão, audição, etc.) e em uma experiência amadurecida mediante um trabalho muito “difícil, intenso e aprofundado” e uma observação minuciosa. Uma “presença” e um “fazer” em um verdadeiro corpo-a-corpo, a partir do qual “se formam”, em seguida, à maneira dos cristais em uma solução aquosa, ideias e hipóteses, abduções.

Quando me recordo de alguns casos isolados na história dos meus trabalhos, retomo incessantemente o seguinte: que cada concepção se apresentou a mim como o depósito de um grande número de impressões extraídas da experiência. Quando, mais tarde, tive a oportunidade de reconhecer que a minha concepção estava errada, ela sempre era substituída – e, espero, aprimorada – por uma outra ideia que me vinha à mente [*einfallen*] (e que se baseava nas primeiras e também em novas experiências) e era a essa ideia que eu submetia, então, esses materiais<sup>16</sup>.

16 Carta de Freud a H. Löwy, datada de 30 de março de 1930 na tradução citada em Vassalli (2001, p. 962). Da mesma forma, como se sabe, Freud (1893, p. 106) descreveu a clarividência de Charcot: “Ele observava atentamente e, muitas e muitas vezes, eram coisas que ele não conhecia, reforçando assim a impressão que delas havia extraído: dia após dia, até se revelar para ele, de repente, seu sentido íntimo.”

Para além de uma razão do sexto sentido, que, aliás, faz uso de observações realizadas “precisamente com o auxílio de lacunas no psíquico”<sup>17</sup> (FREUD, 1938/2018, p. 120), tratar-se-ia de uma razão que o corpo concretamente destila, sedimenta, fabrica e configura em um *savoir-faire* que “se concretiza apenas na própria atividade do criar” (VASSALI, 2001, p. 983), por meio de uma exploração e de uma experiência que se encontram, sem que a passagem final para uma ideia possa ser, em seguida, determinada voluntariamente e muito menos pré-ordenada e pré-estabelecida.

Ao contrário, segundo Peirce, essa passagem pode ocorrer – de forma eficaz – somente se conseguirmos pôr de lado o Eu<sup>18</sup>, deixando o corpo produzir suas razões por si mesmo, dando, eventualmente, expressão ao seu hábito:

*Libertar-se de seu próprio eu e de seu próprio esforço. Todos sabem que a autoconsciência causa constrangimento e pode até mesmo paralisar a mente. Nota-se que atos mentais realizados com leveza tendem a ser mais astutos em comparação àqueles em que cada pequeno detalhe é estudado enquanto a ação está em andamento e que frequentemente um grande esforço [...] pode deter o êxito [...]. Em todo caso, minha experiência pessoal é que a autoconsciência e, principalmente, o esforço consciente são passíveis de me levar à beira da estupidez.*

---

17 FREUD, S. (1938) “Compêndio de psicanálise”, in *Sigmund Freud: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

18 Exatamente como segundo Freud (2016), isso ocorre em situações de transferência de pensamento, por exemplo, no caso de adivinhos que utilizam dispositivos particulares (bolas de cristal, cartas, escritos, etc.), justamente para despistar o Eu, desviando sua atenção e sua intervenção.

Portanto, Freud – alinhando-se, afirma Vassali (2001), à razão conjectural – ressalta o caráter inevitável da participação individual, pessoal, singular, em seus limites, mas também na fiabilidade de base desse compromisso feito de “tempo e atenção suficientes e pensamento intenso e contínuo”, de “trabalho difícil, intenso e aprofundado”, de “disciplina e conhecimento precisos”:

Interpretar! Eis uma palavra horrível. Não gosto de ouvi-la, tira-me toda segurança. Se tudo depender de minha interpretação, quem me garantirá que estou interpretando corretamente? Tudo ficará mesmo entregue ao meu arbítrio. Calma, a coisa não é tão feia. Por que pretende excluir os seus processos psíquicos das leis que reconhece para os dos outros? Quando tiver adquirido certa disciplina e dispuser de determinados conhecimentos, suas interpretações não serão influenciadas por suas peculiaridades e resultarão corretas. Não digo que a personalidade do analista não faça diferença quanto a essa parte da tarefa. A questão é ter certa sensibilidade para o que é inconsciente e reprimido, e nem todos a possuem em igual medida. [...] É uma questão de tato, que pode ser refinado com a experiência<sup>19</sup> (FREUD, 1926/2014, pp. 174-176).

Logo, um empirismo – “por outro lado, não pensem que aquilo que lhes apresento como a concepção psicanalítica é um sistema baseado na especulação. Decorre, isto sim, da experiência, é expressão direta da observação ou resultado da elaboração da experiência”<sup>20</sup> (FREUD, 1915-

---

19 FREUD, S. (1926) “A questão da análise leiga”, in *Sigmund Freud: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

20 FREUD, S. (1915-1917) “Conferências introdutórias à psicanálise”, in *Sigmund Freud: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

1917, p. 261). Contudo, como afirma Vassali, uma “forma primitiva de empirismo”, no sentido aristotélico de um procedimento artesanal associado a uma “pré-compreensão baseada nas capacidades adquiridas pelo ser humano: o ser habituado e o ser familiar”, uma acepção conservada no uso cotidiano da palavra *Erfahrung*<sup>21</sup>.

Vassali dá a esse método freudiano conjectural um nome específico: adivinhar, *erraten*, como justamente o define Freud ao mencioná-lo inúmeras vezes, embora traduzido de formas variadas (GRIBINSKI, 1994). Adivinhar, na opinião de Vassali, em consonância não explícita com Peirce, é o nome da técnica conjectural, que, em psicanálise, descreve “o ato técnico específico que dá acesso ao inconsciente”. O adivinhar é “a forma da interpretação”, assim como “construir” é mais “uma forma expandida e específica do adivinhar.” Ambos são trabalhos preliminares, propedêuticos à convicção que poderá, posteriormente, introduzir-se: “A convicção analítica começa onde se acrescenta o afeto àquilo que adivinhamos”, vencendo as resistências, estabelecendo conexões – em uma palavra, *perlaborando*<sup>22</sup>.

## Adivinhar em sessão

Na psicanálise, o adivinhar equivaleria, por um lado, ao paradigma

---

21 “Experiência” que, conforme afirma Agamben (AGAMBEN, G. “Infância e história: Ensaio sobre a destruição da experiência”, in *Infância e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 21) há quarenta anos, “não é mais algo que nos seja dado fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência”, ao passo que as experiências se realizam fora do homem (*ibid.*, p. 21). “E, curiosamente, o homem olha para elas com alívio [...] prefere que seja a máquina fotográfica a ter experiência delas” (*ibid.*, p. 23). Uma expropriação da experiência que, na sua opinião, estava “implícita no projeto fundamental da ciência moderna” (*ibid.*, p. 25).

22 Sobre a convicção na psicanálise, vide a breve resenha de dois textos recentes: Luchetti (2019).

indiciário em que poderíamos situar o pensamento freudiano e seu método (Ginzburg) e, por outro lado, à razão conjectural da *téchne*, considerada distinta e até mesmo oposta à razão lógica, experimental e científica (Vassalli). Contudo, nos dois casos, o adivinhar adentraria, assim, o consultório de análise como uma parte do funcionamento psíquico do analista em trabalho na relação com o outro, constituindo a própria matriz da qual surgiriam simultaneamente a interpretação e a construção, conferindo-lhe forma.

Mas será que situar o adivinhar ao lado do interpretar e do construir, e até mesmo concebê-lo como fundamento de ambos, possibilitando – e exigindo – justamente endereçar-se ao corpo como conjectural, afastaria a razão psicanalítica da razão científica ou consolidaria e reivindicaria seu pertencimento comum à ciência? Em outras palavras, não seria precisamente a investigação sobre o adivinhar em sessão que nos permitiria confirmar e questionar alguns aspectos e características da razão conjectural, principalmente em seus primeiros passos, reforçando seu valor científico, como na linha peirceana que requer pensar o corpo como fábrica conjectural?

Como dito anteriormente, o adivinhar se faz muito presente nos textos freudianos. Há algum tempo (LUCHETTI, 2002; 2006), propus buscar ali uma reflexão freudiana implícita sobre o trabalho psíquico do analista, sobre sua atividade e passividade, sobre sua inelutável contribuição pessoal, considerando-o como uma modalidade do funcionamento psíquico em sessão – ou seja, a captação em uma figuração de traços perceptivos não-representacionais (não ainda ou não mais representacionais), que emergiram de modo alucinatório através de um estado regressivo preliminar do pensamento – ou “regrediente”, como preferem os Botella (1990) –, sendo tal pensamento caracterizado pela perda ou desapropriação dos investimentos do Eu, pelo desaparecimento

das referências identificatórias habituais e das fronteiras egoicas<sup>23</sup>.

Podemos expressá-lo na seguinte sequência: estado regrediente → alucinatório → figuração → sedimentação, densificação ou justaposição de palavras → representação (com as cargas afetivas relativas).

Esse alucinar regrediente seria a premissa indispensável de um possível “trabalho de figuração”, que pode interceptar esses traços perceptivos, estabelecer primeiras distinções e construir o primeiro esboço de um tecido de ligações e investimentos, logo, de representações. O produto desse trabalho seriam, por exemplo, as “figurações-faladas”, “pensamentos-figurados” ou “imagens-de-fala”, de Aulagnier (1981/1991a; 1985/1991b), ou os “fragmentos verbais” de De M’Uzan (1989/1994) ou, ainda, as “palavras que encontramos ao lado e ao redor das imagens”, sobre as quais fala Gribinski (2004).

O adivinhar do analista não seria, portanto, redutível a uma atividade puramente cognitiva e muito menos consciente, sendo, ao mesmo tempo, uma modalidade de conhecimento, um “conseguir adivinhar”. Tece-se, por assim dizer, uma rede de representações (com os respectivos afetos), para as quais não é possível transferir conteúdos recalcados não-recuperáveis tais quais, mas somente seus derivados. Na falta desses derivados, que não puderam ser construídos, tece-se uma trama de

---

23 E das quais surge “uma capacidade de ‘perceber’ uma inteligibilidade que, sem a participação dos processos secundários e primários e para além de sua sensorialidade, sem o direito de acessar por meio da via progrediente a qualidade representação e o sistema pré-consciente, fornece uma abertura a determinadas ‘zonas’ psíquicas que, do contrário, seriam inatingíveis”, “zonas de não-representação”. “O problema”, acrescentam os Botella (1990, pp. 68-70), “é como pode existir uma ‘percepção’ sem participação sensorial ou, melhor, uma inteligibilidade psíquica para além das representações, sem qualidade consciente, atemporal”.

“cobertura” para construir para/com o paciente uma urdidura psíquica ali onde foi rompida, reconstruindo-a, assim, como um espaço e uma tela representativa, que atua, por assim dizer, como um reverso (e uma premissa) da alucinação negativa (GREEN, 1977/1996; 1980/1985): em vez de apagar de forma alucinatória, como faz esta última, o adivinhar, para criar uma tela representacional disponível, (re)costura o objeto da percepção previamente através de uma espécie de “figuração-tela” (uma *Deckdarstellung*).

Trata-se de uma dupla função possível – para uma transferência do infantil ou para a criação de um infantil posteriormente transferível (ANDRÉ, 2010) – talvez esboçada, também, por Gribinski. Em um primeiro momento, Gribinski (1994) considera que adivinhar e construir são dois tempos lógicos ou quase sinônimos da tarefa do analista. Esta consistiria em “exportar para a infância do paciente, inventando essa infância, uma história que ele não viveu”, ou seja, exportar e inventar para temporalizar e historicizar o que não foi vivido, *criando* um “infantil” a partir de um *pidgin*<sup>24</sup> das palavras do paciente e das representações inconscientes do analista, uma espécie de língua intermediária composta por duas línguas e duas histórias diferentes e que, na verdade, ninguém fala, impessoal. Posteriormente, ele identifica no *Erraten* a “autopercepção, por parte do analista, dos processos psíquicos do paciente” (*Id.*, 2002, p. 94) – parece, aqui, que não há representações, mas sim processos, logo, transferência, sim, mas de processos –, a partir dos quais, seguindo uma “lógica irracional”, o analista “percebe o ato da transferência pela imagem e tenta falar sobre isso com as palavras que se encontram ao lado [nos ‘arredores’] e *sabe* que a evidente anomalia daquilo que ele

---

24 O *pidgin* é a língua auxiliar, gramaticalmente muito simples e frequentemente utilizada para as trocas comerciais, formada no encontro entre uma língua estrangeira e uma ou diversas línguas autóctones.

propõe acertou em cheio” (GRIBINSKI, 2004, p. 68). Entretanto, nos dois casos, o adivinhar pressuporia aceitar “colocar-se em um estado intermediário entre a vigília e o sono, de modo a seguir os pensamentos involuntários, que se tornam imagens visuais e auditivas – ou seja, ‘pensar de forma alucinatória’” (*ibid.*, p. 69).

Adotando a “a terceira tópica” – ou tópica da clivagem (FREUD, 1938a/1979b) –, mencionada por Laplanche na esteira de Dejours (2001), poderíamos postular que, na origem do adivinhar, encontra-se, antes de tudo, o inconsciente engravado, isto é, aquilo que é implantado no corpo da criança na relação com o adulto, mas que ainda não foi traduzido, e aquilo que é intrometido e intraduzível, total ou parcialmente “improcessável” (LAPLANCHE, 1990/2021) – ao passo que o recalado seria seu resíduo tradutivo, com uma valência pulsional.

Se, para o recalado, existe a possibilidade de transferência, sendo inevitável um retorno do recalado que faz pressão para ser acolhido (ao menos com um sintoma) na organização egóica, não haveria, por outro lado, para aquilo que é engravado e não recalado, possibilidade de transferência, tornando-se, assim, um atual para além do tempo. Este não é contrainvestido como o recalado, mas se encontra à superfície da consciência, compreendida aqui como a consciência perceptiva imediata e *não* essa “consciência de pensamento secundário” à qual Freud se refere em 1896, definindo-a como uma “consciência de *après-coup* conforme o tempo”, *não* o “tornar consciente” (*Bewußtmachen*) da tomada de consciência por meio do pré-consciente, que os Botella (1988, p. 1371) diferenciam do “tornar-se consciente” (*Bewußtwerden*) alucinatório. Trata-se de um inconsciente represado tão somente por um pensamento lógico e operacional (concreto, abstrato ou ideológico), não impregnado de fantasias ou alimentado por pulsões, não tendo pré-consciente nem Eu correspondente.

O adivinhar envolveria não somente o não-traduzido que precede cada tradução ou é dela radicalmente excluído (encravado), mas também – como, aliás, salientado por Freud – o resíduo não-traduzido de cada tradução, ou seja, o recalcado. Seus conteúdos, como ressalta Laplanche (2004/2019b), tendo perdido sua função referencial e representacional, embora sejam significantes, são também isolados do circuito de sentido. Consequentemente, não podendo voltar à tona como tais, esses conteúdos apenas transferem sua carga para outras representações, capazes, em maior ou menor grau, de se prestarem a acolhê-los com seus respectivos afetos e mais ou menos conectadas ou ramificadas em uma rede de maior ou menor densidade. Logo, o adivinhar do analista poderia recolher, no sentido figurado, o recalcado e o não-recalcado do paciente, que podem, ademais, encontrar-se e interagir. Não somente é possível pensar que a transferência de um conteúdo recalcado abre uma via justamente ao contar com a pressão exercida pelo encravado (DEJOURS, 2001, p. 105), mas, reciprocamente, algo encravado poderia se beneficiar da passagem aberta pela transferência e da transformação que ela implica na tópica e na dinâmica psíquicas (LAPLANCHE, 2004/2019b).

## Duas formas do adivinhar

De qualquer maneira, o adivinhar pode emergir em formas que podem permanecer inteiramente despercebidas. Dois possíveis exemplos: a *imagem* que se forma na mente do analista a partir do sonho contado pelo paciente; o *relato* que, de maneira análoga, se trama na mente do analista a partir de narrações mais ou menos fragmentadas, parciais e incompletas de eventos traumáticos ou, até mesmo, triviais. São imagens e narrações que chamam a atenção do analista apenas algumas vezes devido ao seu *Überdeutlichkeit*, à sua vivacidade sensorial e afetiva, quase alucinatória (FREUD, 1899/1977 e 1937/1979a). Podemos

prontamente nos perguntar se elas são as faces solidárias e inseparáveis de um único funcionamento ou os seus diferentes tempos, ou, ainda, se podem talvez atuar essencialmente nas duas vertentes do não-traduzido – em outras palavras, nos dois tipos de inconsciente: o não-recalcado (encravado) e o recalcado, respectivamente.

Defini como *duplo visual do sonho* (LUCHETTI, 2003) a imagem mental que se produz a partir do sonho contado pelo paciente – “escutando com o ‘terceiro ouvido’, vemos com o terceiro olho, nosso olho fértil da mente” (SCHUST-BRIAT, 1996, p. 37) –, uma vez que conta com a participação do *funcionamento paradoxal* ao qual se referia de M<sup>U</sup>zan (1989/1994, p. 153): este “resulta da conjunção, no analista, de uma disposição para utilizar a identificação primária e de uma tolerância em relação à vivência de despersonalização”, e de uma disposição, em seu pré-consciente, para dar vida à *quimera*, “uma nova entidade, quase um *ser*, produzido pelos inconscientes imbricados dos protagonistas” (*ibid.*, p. 156), que [efetua], na mente do analista, uma atividade de invasor, de *espião*, dificilmente identificável por ser narcisicamente investida”. Contudo, também contribui para tanto o que poderíamos definir, em consonância com os Botella (2001a; 2001b), como um *trabalho de figurabilidade em duplo*, um movimento regrediente do aparelho psíquico que se opõe ao movimento progrediente em direção aos traços mnêmicos, às fantasias e às representações, e que envolve *os dois psiquismos*, sendo necessariamente o produto de um *trabalho em duplo* no qual um psiquismo reflete – por meio de uma capacidade perceptiva primitiva, imediata, comparável à percepção endopsíquica de um sonho: uma outra maneira de indicar uma abdução? – o que, no outro, é apenas potencial (por estar recalcado ou encravado, eu acrescentaria).

Muitos outros autores ressaltaram esse funcionamento. Fédida (2000, p. 7) afirmava: “A materialidade da matéria psíquica – de um sonho ou

de uma fantasia – não é apenas uma produção do paciente, mas resulta essencialmente da *capacidade alucinatória do analista* na forma hipnóide de sua atenção (flutuante) e até mesmo na vivacidade física das palavras da interpretação”. De maneira análoga, Ogden (1997, pp. 729-730) considera que “o processo analítico exige condições que facilitem a sobreposição de estados de devaneio do analista e do analisando”, e explica que “a empreitada analítica [...], baseando-se consideravelmente nas experiências geradas pela sobreposição de estados de devaneio do analista e do analisando, exige condições que favoreçam simultaneamente a comunicação e o isolamento”. Similarmente, Aron e Bushra (1998, pp. 404-408), em uma outra perspectiva, salientam que “paciente e analista devem, de forma diferenciada, se entregar um ao outro e se transformar” e que o analista, enquanto está desperto e atento à escutado relato do sonho do paciente, “poderia estar em um estado relativamente oníróide quando procura aventurar-se no escuro na experiência do sonho, *imaginar as cenas oníricas com o paciente*” (*op. cit.*, o itálico é meu).

A *imagem dupla do sonho* constituiria uma concretização de percepções e imagens mnêmicas, só depois representações e afetos, as quais foram depositadas em torno de uma matéria estranha, essa “matéria para sonhar” (DAYAN, 1995) que é a falha do outro (a que se encontra no outro e que este produz no *infans*). Exatamente dessa forma, *em negativo*, ela poderia delimitar seus contornos, assim como ocorre com o luto, afirmava Freud (1929, pp. 222-223). Tudo aquilo que pode tomar o lugar do que foi perdido, “ao mesmo tempo que o preenche completamente, permanece, mesmo assim, outra coisa”; contudo, ele também considera os contornos dessa perda, (re)colocando-a em jogo e eventualmente a repetindo, pode servir de tela sobre a qual deslocar e condensar e, por fim, sonhar.

A função do duplo visual no sonho poderia ser atribuída também ao que designei como o *duplo narrativo do trauma ou do evento* (LUCHETTI,

2013) – ou seja, o relato que se cria no analista, de forma igualmente despercebida, a partir daquilo que, de forma mais ou menos fragmentária, parcial e incompleta, ele escuta do paciente a respeito de uma experiência – evidentemente, as traumáticas, mas também as triviais – e que se desenha ou talvez se configura como um esquete ou narração somente de maneira acessória e marginal, quando, por exemplo, é comunicado em análise ou apresentado por escrito. Se a tarefa do analista é “adivinhar ou, para ser mais preciso, *construir* o material esquecido a partir dos traços que permaneceram” (FREUD, 1937/1979a, p. 543, parcialmente modificado, pois *erraten* foi traduzido como “descobrir”), esse trabalho pode, por vezes, articular-se na formação de uma narrativa que também é, naturalmente, a produção de imagens e sensações que pode ativar – de forma quase alucinatória, como no duplo visual do sonho – cada registro possível, até se tornar uma vivência e uma lembrança no analista, e ser também eventualmente recalçado.

A quem pertence a narrativa de um traumatismo ou de um evento? A quem pertence a imagem do sonho narrado? A quem pertencem as vivas sensações corporais, em todos os registros sensoriais e motores, provocadas e mantidas na lembrança pelas narrativas e imagens de maneira quase alucinatória? Ao paciente? Ao analista? À relação ou ao campo no qual ambos estão imersos e do qual emergem como funções locais e contingentes? Certamente, como salienta Fédida (2000, pp. 9-10):

Cada comunicação analítica restitui o material somente na medida em que consegue testemunhar a regressão transferencial do paciente, *em estreita relação* com os conteúdos regressivos da vida psíquica do analista e com a possibilidade de que este entre em contato com eles [...]. O mais importante é a maneira como as vivências [regressivas de aniquilação e de agonia do paciente] são capazes de desestabilizar a certeza das representações teóricas e

de produzir [no analista] *imagens* autóctones da aniquilação e da agonia. Isso não é possível apenas através da empatia, mas pressupõe uma verdadeira criatividade das formas inéditas da psique.

## Corpo conjectural: para além do caçador, o *infans*

Seria, então, possível pensar nas imagens visuais duplas do sonho e na narrativa dupla do evento como duas faces, modalidades ou tempos de um adivinhar, talvez essencialmente – mas não exclusivamente, como já apontado – direcionados, no primeiro caso, ao não-recalcado e, no segundo, ao recalcado? Esse adivinhar poderia nos mostrar também algo do adivinhar abduativo que é, segundo Peirce, o primeiro passo do pensamento? Um adivinhar que estaria na base da interpretação e da construção, sendo tanto seu substrato quanto sua matriz. A *interpretação* indica comumente significantes, afetos, representações que emergem como restos, muitas vezes de maneira marginal ou confusa no conjunto, ou então em um plano que favorece a sua emergência, mas que desarticula ou desloca, ao mesmo tempo, seu nível – logo, suas conexões potenciais. Em contrapartida, a *construção* é uma verdadeira articulação dessas conexões, mínima ou mais ou menos ampla, em uma trama, um roteiro ou uma verdadeira história. São as faces de uma razão conjectural que só pode efetivamente emergir se tomarem corpo em um fabricar, um *savoir-faire*, a partir de um hábito e de uma familiaridade que apenas a relação analítica pode possibilitar, embora não possa assegurá-lo<sup>25</sup>.

---

25 Acompanhando Peirce, que afirmava que “o pensamento é um fio de melodia que atravessa a sucessão das nossas sensações” (5.395) e a emoção é “um único transtorno harmônico” (2.643), poderíamos talvez afirmar que se, na relação analítica, a interpretação é comparável a um núcleo temático de duas ou algumas notas e a construção, a uma melodia, o adivinhar corresponderia ao registro harmônico que elas configuram e a partir do qual são produzidas.

Esse adivinhar poderia ser encarnado por outro personagem, o comissário Jules Maigret, nascido da pena de Georges Simenon. Como afirmava Leonardo Sciascia,

“o método de investigação do comissário Maigret não procede por indícios materiais, por deduções positivas como Sherlock Holmes [...], seu método consiste em suscitar lentamente atmosferas repletas de desordens, de sentimentos confusos: até que *uma intuição, oriunda dessa comunhão física, lhe revele a verdade*” (SCIASCIA, 1961, pp. 95-95, o itálico é meu).

Portanto, Maigret precisa “viver”, habitar os lugares, os tempos e as relações nos quais o evento ocorreu, alimentar-se e deixar-se impregnar – mais do que pelo álcool e pelo tabaco – pela atmosfera, por cores, odores, sons ou ruídos, visões, mergulhando neles em diferentes momentos do dia e da noite, sob diferentes luzes e condições atmosféricas, sobrecarregado, cansado ou aliviado, insone ou revigorado. É apenas assim, “com um ar de pura estupidez”, que seu corpo pode “apreender mais verdade na vibração de uma voz, na hesitação de um gesto, na decoração de um cômodo, do que nas impressões digitais e nas perícias balísticas” (*ibid.*).

Se, com o adivinhar, a psicanálise atravessa a tríade dedução-indução-abdução, situando-se em seu nó criativo e arriscado, talvez ela também possa indicar que se há razão conjectural, é porque uma relação pôde tomar corpo e corpos puderam se expor (no sentido de Aristóteles) a um “hábito e [uma] familiaridade”, a um *savoir-faire* que possibilita que interpretações pontuais e construções mais ou menos articuladas se fabriquem (como funções diversamente situáveis nos protagonistas da relação analítica, mas não somente), muitas vezes porque esses corpos são forçados por afetos e movimentos transferenciais, pois, como defendia

Peirce, as potencialidades máximas do adivinhar se expressam somente em circunstâncias críticas. Como ocorre com o narrador marinheiro de *Uma descida ao Maelström*, de Edgar Allan Poe, a quem me referi diversas vezes, que consegue reunir todas as suas experiências de observador quando é arrastado para o centro de um redemoinho. Tais experiências produziram um “hábito”, traduzindo-se e expressando-se no ato de agarrar o barril que o leva à superfície, e ele pode assim buscar reconstruí-las *a posteriori* apenas de forma imperfeita e fragmentária, a partir de sua posição precária de Eu narrador.

Logo, para além da linguagem e da semiose, “quando a ação enfim chega, estamos sozinhos [...], há apenas nosso próprio ‘savoir-faire’” (CIMATTLI, 2015, p. 223), o corpo conjectural, encarnado em um hábito que pode dar vazão, à maneira do leito de um rio, às interpretações e construções, impessoais por falarem uma língua de ninguém, a linguagem muda de uma relação da qual são a ação e, como afirmava Peirce, somente essa ação pode criar. Todavia, nota-se, assim, que nas raízes longínquas da razão conjectural, muito além do caçador, o pressentimento do *infans*<sup>26</sup>, o corpo do pequeno ser humano que, submetido à “máquina antropogênica”, é sempre originariamente exposto ao inconsciente sexual dos adultos e deve, bem ou mal, sondar seus traços insondáveis, para fazer deles algo no interior de si mesmo, construir um mundo e um aparelho da alma, fazendo de si esse corpo conjecturante e autoconjecturante que a psicanálise tenta evocar, tocar, pensar e, talvez, libertar<sup>27</sup>.

---

26 “Que o homem não seja sempre já falante, que ele tenha sido e seja ainda in-fante, isto é a experiência”, afirma Agamben (1978/2008, p. 62).

27 Dentre os diversos impactos práticos dessas questões aparentemente abstratas e teóricas, podemos pensar nas questões delicadas e atuais, primordialmente metapsicológicas, da dita *Skype Analysis*, assim como da frequência útil das sessões.

## Referências

AGAMBEN, G. *Infanzia e storia: Distruzione dell'esperienza e origine della storia*. Turim: Einaudi, 1978.

ANDRÉ, J. "Passione, odio e sessualità". *Rivista di Psicoanalisi*. Roma, v. 56, n. 2, 2010, pp. 345-358.

ARON, L.; BUSHRA, A. "Mutual regression: altered states in the psychoanalytic situation". *Journal of the American Psychoanalytic Association*. Nova Iorque, v. 46, n. 2, 1998, pp. 389-412

AULAGNIER, P. (1981) "Du langage pictural au langage de l'interprète", in *Un interprète en quête de sens*. Paris, Payot, 1991a.

AULAGNIER, P. (1985) "Le retrait dans l'hallucination", in *Un interprète en quête de sens*. Paris, Payot, 1991b.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. "Trauma et topique". *Revue Française de Psychanalyse*. Paris, v. 52, n. 6, nov./dez. de 1988, pp. 1461-1477.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. "La problématique de la régression formelle de la pensée et de l'hallucinatoire", in Baranes, J. et al. *La psychanalyse: questions pour demain*. Paris: Puf, 1990.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. "Figurabilité et régrédience". *Revue Française de Psychanalyse*. Paris, v. 65, n. 4, 2001a, pp. 1149-1239.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. *La figurabilité psychique*. Lausanne-Paris: Delachaux et Niestlé, 2001b.

CIMATTI, F. “Il nocciolo del reale, da Lacan a Peirce”, in Bonfantini, M.A., Fabbrichesi, R. e Zingale, S. *Su Peirce: Interpretazioni, ricerche, prospettive*. Milão: Bompiani, 2015.

DAYAN, M. “Matière à rêver”. *L’Inactuel*. Paris, n. 5, 1995, pp. 23-42.

DEJOURS, C. *Le corps, d’abord: Corps biologique, corps érotique et sens moral*. Paris, Payot, 2001.

ECO, U. “Corna, zoccoli, scarpe. Alcune ipotesi su tre tipi di abduzione”, in U. Eco, U. e Sebeok, T. A. *Il segno dei tre: Holmes, Dupin, Peirce*. Milão: Bompiani, 1983.

FÉDIDA, P. *Par où commence le corps humain: Retour sur la régression*. Paris: Puf, 2000.

FEYERABEND, P. K. (1975) *Contro il metodo: Abbozzo di una teoria anarchica della conoscenza*. Milão: Feltrinelli, 1979.

FREUD, S. (1893) “Charcot”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. II)*. Turim: Boringhieri, 1977.

FREUD, S. (1899) “Ricordi di copertura”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. II)*. Turim: Boringhieri, 1977.

FREUD, S. (1900) “Lettera del 1o febbraio 1900”, in *Lettere a Wilhelm Fliess 1887-1904*. Turim: Boringhieri, 1986.

FREUD, S. (1905) “Il motto di spirito e la sua relazione con l’inconscio”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. V)*. Turim: Boringhieri, 1976.

FREUD, S. (1915-1917) “Introduzione alla psicoanalisi”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. VIII)*. Turim: Boringhieri, 1978.

FREUD, S. (1915) “Pulsioni e loro destini”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. VIII)*. Turim: Boringhieri, 1978.

FREUD, S. (1915) “Pulsions et destins de pulsions”, in *OCF-P, tome XIII*. Paris: Puf, 2005.

FREUD, S. (1925) “La negazione”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. X)*. Turim: Boringhieri, 1989.

FREUD, S. (1926) “Il problema dell’analisi condotta da non medici”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. X)*. Turim: Boringhieri, 1989.

FREUD, S. (1929) “Lettera dell’11 aprile 1929”, in Freud, S.; Binswanger, L. *Correspondance 1908-1938*. Paris: Calmann-Lévy, 1995.

FREUD, S. (1937) “Costruzioni nell’analisi”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. XI)*. Turim: Boringhieri, 1979a.

FREUD, S. (1938a) “La scissione dell’Io nel processo di difesa”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. XI)*. Turim: Boringhieri, 1979b.

FREUD, S. (1938b) “Compendio di psicoanalisi”, in *Opere di Sigmund Freud (vol. XI)*. Turim: Boringhieri, 1979c.

FREUD, S. *Telepatia*. Milão: BUR-Rizzoli, 2016.

GINZBURG, C. (1979) “Spie. Radici di un paradigma indiziario”, in U. Eco, U. e Sebeok, T. A. *Il segno dei tre: Holmes, Dupin, Peirce*. Milão: Bompiani, 1983.

GREEN, A. (1977) “L'allucinazione negativa”, in *Il lavoro del negativo*. Roma: Borla, 1996.

GREEN, A. (1980) “La madre morta”, in *Narcisismo di vita, narcisismo di morte*. Roma: Borla, 1985.

GRIBINSKI, M. (1994) “L'étranger dans la maison”, in *Le trouble de la réalité: De l'ersatz à la construction*. Paris, Gallimard, 1996.

GRIBINSKI, M. (2002) “La coscienza ipotetica”, in *Le separazioni imperfette*. Roma: Borla, 2004.

GRIBINSKI, M. (2004) “Indovinare pressappoco”. *Rivista di Psicoanalisi*. Roma, v. 50, 2004, pp. 53-73.

HARROWITZ, N. “Il modello del detective: Ch.S. Peirce e Edgar A. Poe”, in U. Eco, U. e Sebeok, T. A. *Il segno dei tre: Holmes, Dupin, Peirce*. Milão: Bompiani, 1983.

LAPLANCHE, J. (1987) *Nuovi fondamenti per la psicoanalisi*. Milão: Mimesis, 2019a.

LAPLANCHE, J. (1990), “Impianto, intromissione”, in *Il primato dell'altro in psicoanalisi: La rivoluzione copernicana incompiuta*. Milão: Mimesis, 2021.

LAPLANCHE, J. (2004) “Tre accezioni del termine «inconscio» nella cornice della Teoria della Seduzione Generalizzata”, in *Sexuale: La sessualità allargata nel senso freudiano*. Milão: Mimesis, 2019b.

LAPLANCHE, J. (2005) “Livelli della prova”, in *Sexuale: La sessualità*

allargata nel senso freudiano. Milão: Mimesis, 2019c.

LAPLANCHE, J. (2006) “Freud e la filosofia”, in *Sexuale: La sessualità allargata nel senso freudiano*. Milão: Mimesis, 2019d.

LUCHETTI, A. “Fantasticare, tradurre, indovinare: Su evoluzione e rivoluzione della metapsicologia”. *Rivista di Psicoanalisi*. Milão, v. 48, 2002, pp. 41-68.

LUCHETTI, A. “Il doppio visivo del sogno in analisi: ‘the secret sharer’”, in Riolo, F. *Lanalisi dei sogni*. Milão: FrancoAngeli, 2003.

LUCHETTI, A. “Postilla sull’indovinare”, in Conrotto, F. (org.). *Statuto epistemologico della psicoanalisi e metapsicologia*. Roma: Borla, 2006.

LUCHETTI, A. (2013) “Due forme dell’indovinare”. Trabalho não publicado.

LUCHETTI, A. “Conviction, suggestion, séduction”. *Rivista di Psicoanalisi*. Milão, v. 64, n. 4, out./dez. de 2019, p. 917-920.

DE M’UZAN, M. (1989) “Pendant la séance”, in *La bouche de l’Inconscient: Essais sur l’interprétation*. Paris: Gallimard, 1994.

OGDEN, T. H. “Reverie and Metaphor: Some Thoughts on How I Work as a Psychoanalyst”. *International Journal of Psychoanalysis*. Londres, v. 78, ago. de 1997, pp. 719-732.

PEIRCE, C. S. (1929) *Opere*. Milão: Bompiani, 2003.

POE, E. A. *I racconti*. Turim: Einaudi, 1983.

POPPER, K. *Congetture e confutazioni*. Bologna: Il Mulino, 1972.

SCHUST-BRIAT, G. “Fertile Eyes’: Considerations on Visual Phenomena in the Analyst’s Mind at Work”. *Psychoanalytic Inquiry*. Oxfordshire, v. 16, n. 3, 1996, pp. 376-389.

SCIASCIA, L. (1961) “La scommessa di Simenon”, in *Il metodo di Maigret e altri scritti sul giallo*. Milão: Adelphi, 2018.

SEBEOK, T. A.; UMIKER-SEBEOK, J. (1979). “Voi conoscete il mio metodo’: un confronto fra Charles S. Peirce e Sherlock Holmes”, in U. Eco, U. e Sebeok, T. A. *Il segno dei tre: Holmes, Dupin, Peirce*. Milão: Bompiani, 1983.

VASSALLI, G. (2001) “La psicoanalisi nasce dallo spirito della ‘tecnica greca’”. *Rivista di Psicoanalisi*. Milão, v. 50, n. 4, 2004, pp. 961-991.

VASSALLI, G. “Il punto di vista epistemologico della nozione psicoanalitica di costruzione”. *Rivista di Psicoanalisi*. Milão, v. 54, 2008, pp. 763-769.

ZINGARELLI, N. *Vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 2018.